

# Mensuração de Ativos Nos Relatórios Gerenciais de Companhias Abertas

**Jaime Crozatti**

## **Resumo:**

*O objetivo deste trabalho é identificar quais conceitos apresentados pela bibliografia estão sendo usados por empresas brasileiras na prática da mensuração de ativos nos relatórios gerenciais. A partir do cadastro da Revista Exame - Melhores e Maiores, edição do ano 2001, foi enviado o instrumento para coleta de dados a 133 companhias abertas que operam no território brasileiro. Destas, 53 devolveram o questionário respondido, entre as quais estão as maiores empresas brasileiras. Os resultados evidenciam que os conceitos de mensuração de ativos utilizados de forma preponderante nos relatórios gerenciais pelas empresas da amostra são aqueles definidos pela legislação societária e fiscal e por outros instrumentos regulamentadores emitidos por órgãos do governo e da profissão contábil. Estes resultados sugerem que, mesmo no âmbito das grandes empresas brasileiras a prática da contabilidade gerencial está intimamente ligada às normas e regulamentos da contabilidade fiscal e societária. Os motivos mais prováveis que poderiam explicar a situação sugerida pelos resultados desta investigação estão ligados à postura conservadora dos profissionais que gerenciam os sistemas de informação contábil nestas empresas.*

**Área temática:** *Gestão de Custos e Sistemas de Informação*

## **MENSURAÇÃO DE ATIVOS NOS RELATÓRIOS GERENCIAIS DE COMPANHIAS ABERTAS**

### **TRABALHO 7.187**

#### **Resumo:**

O objetivo deste trabalho é identificar quais conceitos apresentados pela bibliografia estão sendo usados por empresas brasileiras na prática da mensuração de ativos nos relatórios gerenciais.

A partir do cadastro da Revista Exame - Melhores e Maiores, edição do ano 2001, foi enviado o instrumento para coleta de dados a 133 companhias abertas que operam no território brasileiro. Destas, 53 devolveram o questionário respondido, entre as quais estão as maiores empresas brasileiras.

Os resultados evidenciam que os conceitos de mensuração de ativos utilizados de forma preponderante nos relatórios gerenciais pelas empresas da amostra são aqueles definidos pela legislação societária e fiscal e por outros instrumentos regulamentadores emitidos por órgãos do governo e da profissão contábil. Estes resultados sugerem que, mesmo no âmbito das grandes empresas brasileiras a prática da contabilidade gerencial está intimamente ligada às normas e regulamentos da contabilidade fiscal e societária. Os motivos mais prováveis que poderiam explicar a situação sugerida pelos resultados desta investigação estão ligados à postura conservadora dos profissionais que gerenciam os sistemas de informação contábil nestas empresas.

Palavra-chaves: contabilidade gerencial; mensuração de ativos; companhias abertas.

Área temática:

## Mensuração de ativos nos relatórios gerenciais de companhias abertas

### 1 - Introdução

#### 1.1 – Contexto e Situação-problema

A inovação em tecnologia tem se caracterizado como um dos principais caminhos dentre os utilizados pelas empresas para obterem níveis crescentes de eficácia. No campo da mensuração de ativos a inovação se dá pela utilização de conceitos que evidenciam atributos dos objetos e eventos mensurados diferentes dos utilizados na prática corrente. Podem ser considerados “mais avançados” uma vez que prometem explicitar melhor a situação econômica relatada no relatório ao usuário. Martins (2001) apresenta um estudo de conceitos que podem ser utilizados na mensuração de ativos. A maioria destes conceitos somente pode ser utilizado nos relatórios destinados ao usuário interno, uma vez que mudam significativamente o modelo contábil que o usuário externo está afeiçoado. Além do impedimento normativo.

Tendo em vista que estão implícitos nestes conceitos aspectos de inovação e avanço conceitual é esperado que, com sua utilização, haja aumento no nível de eficácia das decisões dos gestores. Muitos autores - Jonhson e Kaplan, Catelli, Shanki e Govindarajan, entre outros - atribuem a estes conceitos um certo grau de responsabilidade pelo sucesso destas empresas, uma vez que estão presentes no processo de decisão e são imprescindíveis como instrumentos de gestão em ambientes competitivos.

Em geral, os conceitos propõem a obtenção de visão mais clara e objetiva da realidade nas organizações. O objetivo com a utilização de tais conceitos é levar quem toma decisões a ter condições mais favoráveis para elevar continuamente o nível de eficácia, seu e da empresa. Como exemplo da necessidade de novos conceitos nos relatórios gerenciais Iudícibus (2000a) afirma que a contabilidade deve “... *desvencilhar-se dos atávicos apegos a custos e preços para aventurar-se, com risco calculado, para o valor*”, sob pena de viver um relacionamento com o usuário – tomador de decisões – “*como num casamento de conveniência, no qual os cônjuges (contabilidade e decisões) não serão felizes*”. Para este autor esta situação é resultado da crescente necessidade dos usuários em conhecer o valor dos eventos e objetos nos relatórios além do custo, como vem sendo feito.

Martins (2001), defende a informação contábil suportada por modelos de mensuração complementares com a utilização de dois ou mais critérios de forma paralela e comparativa. Para esse autor, a informação nesta condição seria mais transparente e propiciaria maior visão dos eventos contemplados, havendo também a necessidade de adequada preparação das pessoas para seu uso.

As referências às obras de Iudícibus e Martins são exemplos dos diversos conceitos que têm sido discutidos quanto à necessidade de mudança por força das condições do ambiente. As escolas de contabilidade, principais centros de desenvolvimento desta área de conhecimento no Brasil e em muitos países, têm tentado oferecer à comunidade novos conceitos que podem, segundo argumentam diversos autores, contribuir com a esperada melhoria no nível de eficácia das decisões. O que se observa é que estes conceitos, por representarem um certo avanço e inovação em relação a outros utilizados há mais tempo, indicam um nível maior de sofisticação na

apreensão da realidade econômica.

## 1.2. Objetivo e estrutura do trabalho

Diante do contexto apresentado este trabalho tem por objetivo identificar os conceitos inerentes à mensuração de ativos disponíveis na literatura que estão sendo utilizados na prática nas empresas. Pretende-se confrontar a prática nas empresas com a bibliografia disponível, no que se refere aos conceitos de mensuração de ativos. A preocupação em focar os conceitos que suportam a mensuração de ativos, neste trabalho, relaciona-se ao fato de que a mensuração dos ativos está no cerne da teoria da contabilidade (Iudicibus, 2000b) e afeta toda a experiência e as decisões dos gestores.

No próximo tópico apresentamos pequena revisão dos conceitos que foram investigados junto às companhias abertas. No tópico 3, apresentamos o resultado da investigação, discutindo alguns aspectos relacionados aos conceitos indicados pelo estudo como os preponderantes nas empresas da amostra. Por fim, no tópico 4 apresentamos algumas considerações a respeito dos resultados encontrados.

## 2 – Revisão da bibliografia

Tendo em vista as limitações de espaço que se impõem os conceitos são apresentados de forma bastante sintética. Quanto ao atributo a ser mensurado e relatado nos informativos gerenciais pela contabilidade, bibliografia consultada indica que estes podem ser agrupados em dois conjuntos: valores de entrada, que representam o montante sacrificado pela empresa para a obtenção do ativo; e valores de saída, que representam o montante a ser incorporado no patrimônio da empresa no caso de alienação do ativo.

Outros aspectos da mensuração de ativos discutidos neste trabalho referem-se à identificação de valores aos objetos e eventos, à consideração sobre os efeitos da inflação, e à prática da depreciação.

### 2.1 - Mensuração a valores de entrada: o custo

Em contabilidade, custo representa o montante de recursos sacrificados para a obtenção de outro recurso ou conjunto de recursos. Os conceitos de mensuração com base no custo evidenciam quanto a empresa sacrifica de seus ativos para a obtenção de novos ativos. Para Hendriksen (1992, 487), os atributos relacionados ao custo histórico são preferidos pelos profissionais que enfocam a história do empreendimento. Segundo ele, estes profissionais tendem a favorecer custos históricos, pois estes supostamente contam melhor a história da companhia; enquanto os futuristas preferem o custo de reposição, uma vez que estes evidenciam os períodos futuros. Por tais preferências estes profissionais enfatizam ora o Balanço Patrimonial, uma vez que os ativos estão mensurados pelo valor residual de investimento, ora a Demonstração do Resultado do Exercício, uma vez que identificam o resultado mais próximo do que deverá acontecer no futuro.

a) **O custo histórico:** este conceito nasceu da necessidade de controle dos

recursos investidos mensurados pelo montante de caixa sacrificado pelo proprietário ou colocado sob responsabilidade de um terceiro. Por isto, propicia um excelente meio de controle do resultado econômico para empreendimentos com final determinado. Comparando-se o valor investido, mensurado pelo montante de caixa consumido na data do investimento, com o valor resgatado, mensurado pelo caixa obtido na data da realização ou recuperação de todos os investimento, encontra-se, por diferença, o exato valor do resultado, econômico e financeiro, do empreendimento realizado. Portanto, neste conceito os ativos são mensurados pelo valor desembolsado na data da aquisição.

b) **O custo corrente:** este conceito indica o valor necessário para recompor os itens que foram vendidos. A diferença entre o custo histórico e o custo corrente representa a economia ou perda de capital havida em função da mudança de valor no mercado dos objetos mensurados, da qual a empresa se protegeu por não ter se desfeito de tais objetos. Com o uso conjunto deste conceito e do anterior, pode-se dissociar a mensuração da economia ou perda no estoque do resultado na venda propriamente.

c) **Custo corrente corrigido;** este conceito permite a apuração de valores que representem ganhos ou perdas caso as decisões de novas compras ocorressem na data da primeira avaliação dos recursos então disponíveis. A manutenção de estoque como item patrimonial é enfatizada neste conceito de mensuração, uma vez que o custo histórico sofre atualização monetária por um fator que represente a desvalorização da moeda no período entre a primeira compra e a mensuração e atenda às necessidades de informação da empresa. Os ganhos e perdas monetárias em razão da desvalorização do poder aquisitivo da moeda são evidenciados em destaque na demonstração de resultado. Estes valores representam, em termos nominais, o montante de variação havido no período em função da inflação. O indicador deste fenômeno econômico passa a ter significado especial para a empresa, pois passa a ser mensurado e evidenciado no relatório.

d) **Custo de reposição futura:** pode ocorrer por circunstâncias de mercado que determinado item do inventário esteja disponível para nova compra somente em períodos posteriores ao da produção. Neste caso o conceito adequado para uso na mensuração deve ser aquele que estime ou forneça com razoável nível de segurança o período e o valor a ser desembolsado na futura reposição. Por envolver condições de oferta futura este conceito traz alguns riscos e incertezas.

## 2.2 - Mensuração a valores de saída: o valor.

Valor, ou preço de saída (Hendriksen, 1992, 398), representa o montante econômico de recursos, expresso em termos monetários, que passa a fazer parte do patrimônio de uma entidade quando trocados por outros recursos de sua propriedade em transações com terceiros. Quando uma empresa vende produtos aos seus clientes, o valor da venda é mensurado pelo preço obtido no processo de negociação entre cliente e fornecedor.

A utilização de valores de saída na mensuração ou avaliação tem sido apontada recentemente (Martins, 2001; Iudícibus, 2000a) como uma necessidade para que a contabilidade possa melhorar sua utilidade junto ao usuário. No contexto atual dos negócios, em que eventos como *jointventures*, fusões, incorporações, formação de mercado comum, e principalmente a disseminação da tecnologia que capacita o cidadão

comum a lidar com múltiplas informações a respeito de uma mesma realidade, estão ocorrendo com velocidade cada vez maior, a contabilidade deve estar preparada para satisfazer a necessidades diferentes de seus usuários, que parecem querer conhecer mais da realidade financeira dos empreendimentos do que simplesmente seu custo. Os valores de saída parecem ser os elementos capazes e disponíveis na teoria para efetivar esta mudança.

a) **Valor realizado:** segundo Nélo et al. (2001, 96), o valor realizado representa a mensuração dos elementos patrimoniais pelo montante pelo qual estes, ou semelhantes, foram transferidos aos clientes, em transações já concretizadas e efetivadas, mesmo que em períodos muito próximos. A grande vantagem deste conceito é a condição bastante objetiva para o reconhecimento do valor dos elementos, uma vez que existem documentos - notas fiscais de venda - que suportam o valor-base deste conceito.

b) **Valor líquido de realização:** este conceito considera o montante de recursos pelo qual o mercado comprador está avaliando os itens patrimoniais da entidade na data do inventário, ou seja: qual o valor, em termos atuais, dos itens do inventário de ativos na data da mensuração. Este conceito permite uma razoável aproximação do valor econômico da empresa, pois os itens patrimoniais estariam sendo mensurados pelo montante de utilidade considerado pelo ambiente externo, onde a empresa realiza a troca dos recursos de diversas naturezas - estoques, créditos, permanentes - com certa constância.

b) **Valor de liquidação:** este conceito deve ser aplicado quando a entidade encerra as atividades. Hendriksen (1992, 500) afirma que o conceito de valor de liquidação assume a venda forçada, tanto para clientes regulares, através de uma redução nos preços, como para outras firmas e clientes, usualmente através de preços abaixo do custo. Representa o montante que poderia ser efetivamente recebido se fossem oferecidos todos os elementos de seu inventário de uma só vez, o que poderia provocar mudanças nos preços praticados pelo mercado em função do volume e da urgência na oferta.

d) **Valor atual das entradas futuras de caixa:** a mensuração neste conceito trata de avaliar cada um dos elementos patrimoniais pelo que representam de entrada ou saída de numerário em períodos futuros e o desconta através de uma taxa que represente a oportunidade de a empresa possuir ou desembolsar numerários no lugar de outros ativos ou dívidas na data da mensuração.

### 2.3 - Conceitos de alocação ou identificação de valor.

Neste tópico discutem-se alguns conceitos que dizem respeito à alocação ou identificação de valores a objetos ou eventos. Na mensuração de ativos este assunto é tão relevante quanto o discutido no tópico anterior, para aqueles elementos do ativo que são obtidos na própria empresa, como estoques de produtos industrializados.

a) **Custeio Pleno - *full costing* ou *RKW*:** este conceito considera que o total de

recursos consumidos para os produtos e serviços obtidos em um determinado período deve ser coberto pelo valor das receitas com venda dos mesmos produtos e serviços. O método considera, ainda, a necessidade de uma remuneração para o capital investido, pois indica um valor para lucro no período.

b) **Custeio por absorção**: representa a completa alocação ou identificação aos produtos do custo dos recursos estruturais utilizados diretamente na atividade de produção. São exemplos de tais recursos a depreciação de instalações e equipamentos, aluguéis, salários de supervisores e outros custos que não guardam identificação direta com o produto.

c) **Custeio baseado em atividades – ABC**: o custeio *ABC* procura um critério para “*rastreamento*” dos custos estruturais - indiretos - aos produtos ou serviços processados em cada atividade. Este critério ou parâmetro deve ser o que mais adequadamente identifique o recurso consumido ao produto ou serviço obtido.

d) **Unidades equivalentes de produção – UEP**: este método de custeio considera todo processo de produção como uma seqüência ou conjunto de “postos operativos” responsáveis por atividades de transformação e conseqüente agregação de valor às matérias-primas. Por este motivo o Posto Operativo parece ser a unidade administrativa mais relevante na gestão da empresa, e sua identificação o primeiro passo no procedimento de custeamento da produção.

e) **Custeio variável**: o conceito do custeio variável está intimamente relacionado com o conceito de Margem de Contribuição ou Contribuição Marginal. Neste conceito os custos e também as despesas variáveis são aqueles que se observam, se e somente se, uma unidade a mais de determinado produto ou serviço puder ser identificada. Havendo a existência da unidade marginal, pode ser identificada a receita marginal. A diferença entre a receita adicional e o custo e a despesa adicionais representa a *contribuição marginal* desta unidade, que, somada às contribuições das demais unidades, formam o lucro da empresa, depois de cobertos os custos fixos ou estruturais da entidade.

f) **Contabilidade de Ganhos - *Throughput Accounting***: está associada à Teoria das Restrições. Tem em vista a otimização de lucros em processos industriais. Seu idealizador concluiu que a meta de qualquer empresa é ganhar dinheiro através de um processo e que este ganho estava sempre norteado por alguns parâmetros que interferiam no alcance da meta. De acordo com Guerreiro (1995, 83-4), estes parâmetros são: O ganho ou “*throughput*”, o inventário e as despesas operacionais.

#### 2.4 - Dimensão financeira na mensuração de ativos

Uma das preocupações relevantes na mensuração de ativos está relacionada ao valor do dinheiro no tempo. Esta preocupação decorre do caráter dinâmico dos eventos que movem a economia e, conseqüentemente, o patrimônio das entidades, e faz com que o valor monetário, ou seu poder aquisitivo, se altere conforme as condições de determinado momento ou local. Mesmo observando-se o aspecto subjetivo do valor, que impossibilita a afirmação sobre a exatidão de uma medida monetária, é necessário que

se façam considerações que diminuam a influência da variação do poder aquisitivo da moeda no tempo.

a) **Moeda de igual poder aquisitivo:** desde a correção de parte das contas do balanço patrimonial como da totalidade delas, os mecanismos desenvolvidos e difundidos no Brasil tentam fornecer caminhos que visam à representação, de maneira adequada dos efeitos da inflação no patrimônio das entidades e de como estes afetam seu resultado. A correção monetária pode ser feita com base em índices que medem a inflação do país, de uma região ou da empresa, bem como com a indexação dos valores a uma moeda estrangeira ou cesta de moedas.

b) **Efeitos financeiros nas transações:** subjacente à questão da inflação, observamos que a utilidade do dinheiro no tempo representa fator que impacta o resultado econômico das transações. Neste sentido as transações nas quais o fluxo financeiro ocorre em momentos diferentes do fluxo dos recursos econômicos devem ser mensuradas adequadamente, a fim de se explicitar separadamente o valor da transação relativo à movimentação dos recursos daquele inerente ao fluxo monetário. As operações realizadas com prazo para pagamento ou recebimento sempre devem ser consideradas adicionadas de um valor de juro que representa o uso do recurso em momento diferente da contrapartida monetária.

## 2.5 - Depreciação

Na visão fiscal a depreciação é entendida como o desgaste decorrente do uso ou de causas naturais, ou ainda da obsolescência dos bens físicos de propriedade de uma entidade, inclusive edifícios, construções e projetos florestais (Fipecafi, 1994, 241). Nesta consideração o valor da depreciação dos bens ativados representa a parcela de seu custo, anteriormente estocado, expirado pelo uso ou por desgaste natural devido ao uso ou defasagem tecnológica.

Uma consideração sobre o conceito e a mensuração da depreciação mais adequada à realidade econômica intrínseca à atividade empresarial pode ser encontrada em Reis (1997). Reis conclui que o ativo refere-se a um agente econômico que possui um preço - seu valor de mercado - e um estoque de serviços a serem utilizados conforme a vida útil e o plano de benefícios previstos pelo investidor na data da aquisição. Segundo o autor, a mensuração deste ativo, bem como da depreciação, deve ter por base um plano de benefícios futuros construído com base na:

- a) capacidade física do agente - item de ativo;
- b) probabilidade de ocorrência de deterioração ou perda;
- c) inovações que levem o item à obsolescência tecnológica;
- d) demanda esperada pelos serviços do ativo;
- e) preço de mercado dos serviços nos diversos períodos da vida útil; e
- f) o comportamento dos juros no mesmo período. (Reis, 1997, 95)

O conceito deve ser aplicado tanto para os ativos de realização rápida, como estoques de matérias-primas ou produtos acabados, como para os de realização mais demorada, como equipamentos e veículos, uma vez que o ativo representa um estoque de benefícios futuros a ser realizados pela entidade que o administra em um período de tempo.

### **3 – Aspectos metodológicos e Resultados**

#### **3.1 – Aspectos metodológicos**

Segundo Richardson (1985, 26), os estudos enquadram-se como:

*... exploratórios, quando não se tem informação sobre determinado tema e se deseja conhecer o fenômeno. Estudos descritivos, quando se deseja descrever as características de um fenômeno. E estudos explicativos, quando se deseja analisar as crenças ou conseqüências de um fenômeno.*

De acordo com a classificação acima entendemos que este estudo pode ser considerado descritivo, uma vez que objetiva evidenciar algumas características da mensuração de ativos em companhias abertas brasileiras.

Os resultados apresentados no próximo item foram obtidos através da aplicação do questionário nas companhias abertas relacionadas na publicação do ano 2001 da revista Exame – Melhores e Maiores. O questionário foi enviado para as 133 companhias abertas citadas na publicação. Destas, 53 devolveram-no o que representa um total de 37% dos questionários enviados. As companhias abertas citadas na publicação da revista Exame foram escolhidas considerando a maior possibilidade de retorno dos questionários e da importância que tais empresas têm no cenário econômico e contábil nacional.

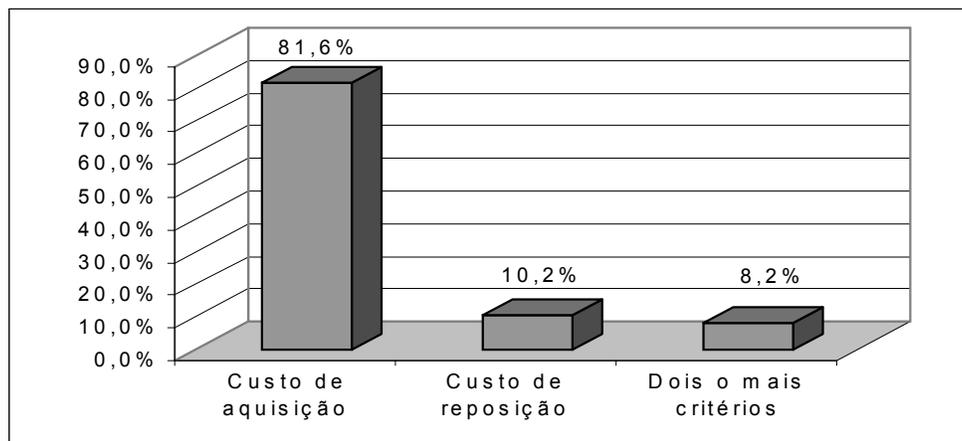
De acordo com dados do questionário 94,3% dos mesmos foram respondidos por diretores ou gerentes das áreas de administração, contabilidade, controladoria, finanças ou planejamento. Este percentual indica que os dados assinalados são confiáveis dado a responsabilidade que estes cargos e funções têm no sistema de informações gerenciais.

#### **3.2 – Resultados e análises**

O questionário foi construído de modo a identificar qual dos atributos discutidos na revisão bibliográfica as empresas mensuram e reportam nos relatórios internos para os estoques de matérias-primas e outros materiais utilizados em processos produtivos; para os estoques de produtos acabados, para os bens do imobilizado de uso e para os bens do imobilizado que não estão em uso. Também identifica o critério para identificação de valores aos produtos e serviços; o tratamento aos valores de juros embutidos nos valores a receber; a consideração sobre a inflação e a depreciação nos relatórios gerenciais. Os resultados estão apresentados nos gráficos a seguir.

Dos 53 questionários recebidos 49 responderam à questão. As empresas que não responderam a ela indicaram não possuir estoques de matérias-primas ou materiais de fabricação, por ser prestadoras de serviços. Para melhor visualizar a concentração do uso do custo histórico como critério de mensuração dos estoques de matérias-primas e outros materiais de fabricação pelas empresas pesquisadas, construímos o Gráfico 1.

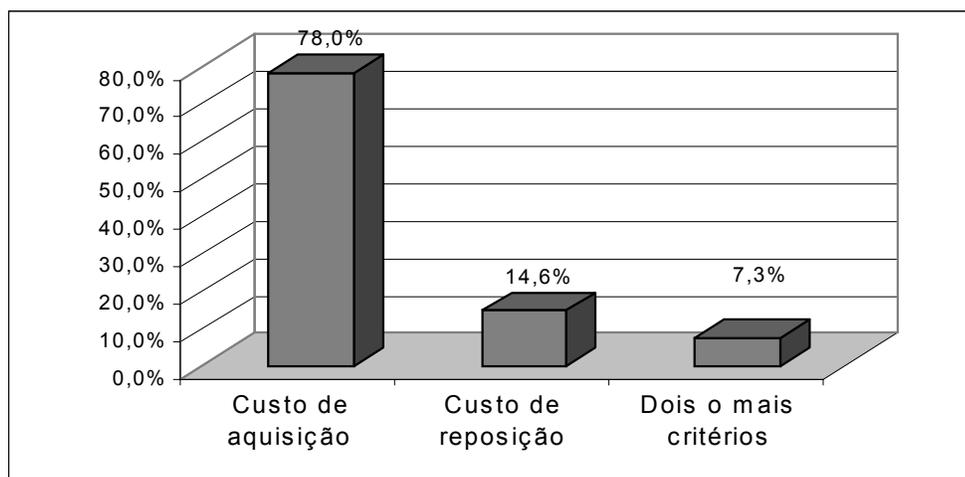
Gráfico 1 - Critério de mensuração de estoques de matérias-primas e materiais de fabricação em companhias abertas brasileiras.



Pode-se verificar que o critério de mensuração de matérias-primas e outros materiais para fabricação ou revenda utilizado pelas empresas pesquisadas é, em sua totalidade, o custo, seja ele o histórico, o de reposição ou ambos utilizados de forma complementar<sup>1</sup>. Nenhuma empresa utiliza mensuração de estoques de matérias-primas com base em valores de saída em seus relatórios gerenciais.

A questão sobre os estoques de produtos fabricados foi respondida por 41 empresas. As 12 restantes observaram não possuir estoques de produtos acabados por ser prestadoras de serviços. Os dados da questão estão tabulados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Critério de mensuração de estoques de Produtos Acabados.

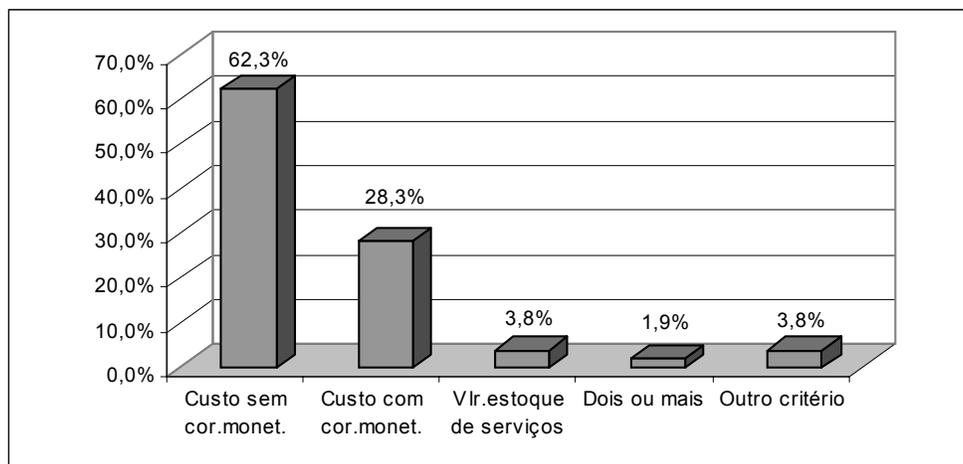


<sup>1</sup> As 4 empresas que assinalaram que utilizam dois ou mais critérios em forma de comparação para mensurar estoques de Matérias-primas e outros materiais para fabricação ou revenda, como foi solicitado no questionário, indicaram que o custo histórico e o custo de reposição são os dois critérios utilizados de forma combinada.

De forma análoga à mensuração dos estoques de matérias-primas e outros materiais para produção e revenda, a mensuração dos produtos acabados é feita por todas as empresas com base no custo de aquisição (78%) ou no custo de reposição (14,6%), ou ainda nos dois critérios de forma conjunta (7,3%).

Quanto aos dados do imobilizado de uso, os resultados dos questionários estão apresentados no Gráfico 3, a seguir. Esta questão foi respondida pelas 53 empresas que devolveram o questionário.

Gráfico 3: Critério de mensuração de bens do Imobilizado de uso.



Pode-se perceber que o custo de aquisição é o critério majoritário na mensuração de bens do ativo imobilizado de uso. 92,4% das empresas pesquisadas utilizam o custo histórico como base para mensurar os bens do imobilizado de uso nos relatórios gerenciais, já que os 1,9% que assinalaram dois ou mais critérios indicaram utilizar o custo histórico com e sem correção monetária de forma combinada.

Também chama a atenção que o fato de a correção monetária ter deixado de ser exigida pela legislação societária e fiscal pode ter feito com que mais de 62,3% das empresas pesquisadas também deixassem de realizar este procedimento para fins de relatórios gerenciais. Alguns questionários indicavam que a correção monetária era contabilizada até o ano de 1995, quando foi “extinta” pela legislação fiscal.

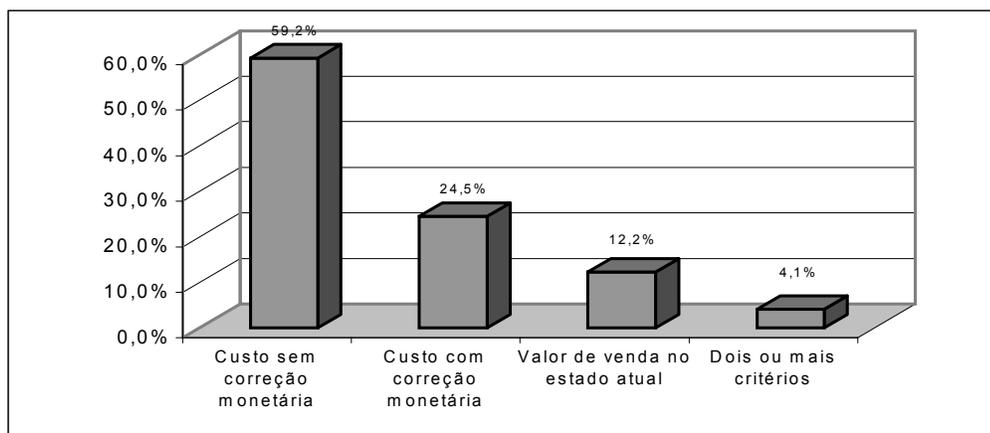
Outro dado evidenciado neste quadro é que 3,8% das empresas indicaram usar o valor dos estoques de serviços nos imobilizados como base de mensuração de seu valor. Ambos os respondentes dos questionários têm função de gerente de controladoria e são graduados em contabilidade, sendo que um fez *MBA controller* na Fipecafi-USP e o outro fez especialização em contabilidade.

A constatação do grande número de empresas que não atualizam os saldos das contas do imobilizado por indicadores da inflação impressiona, uma vez que evidencia, ao menos em parte, a influência da legislação sobre a contabilidade gerencial nas empresas brasileiras. A correção monetária foi um procedimento adotado na legislação para que as demonstrações contábeis não sofressem o forte impacto da desvalorização do poder aquisitivo da moeda em nossa economia. Seria normal ou esperado que as empresas continuassem com este expediente contábil ao menos para fins de informação aos gestores internos. Desde quando a correção monetária deixou de ser exigida pelos

instrumentos legais a inflação no país já acumula mais de 55%. Este índice, em termos de resultados ou valor de patrimônio, está omissos nos relatórios destinados tanto ao público externo quanto ao público interno. Portanto, até para os usuários internos o valor do resultado operacional tem sofrido esta baixa em relação ao seu valor mais aproximado da realidade.

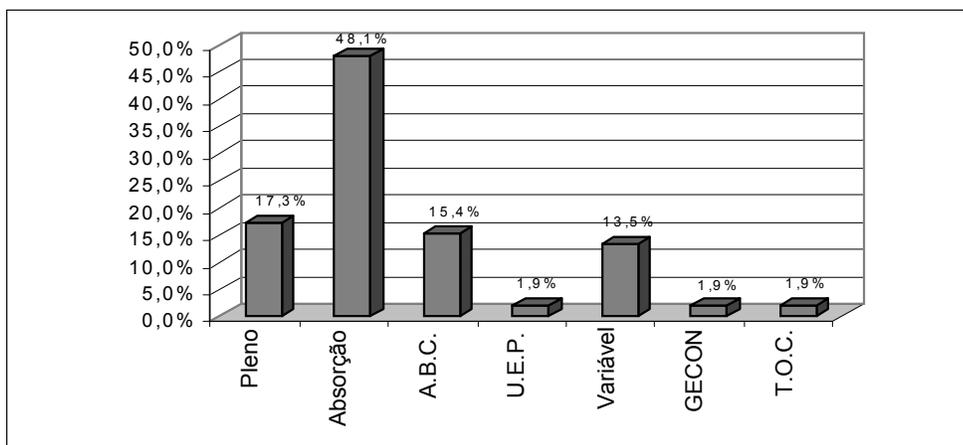
À questão sobre os bens do imobilizado que não estão em uso, 4 empresas deixaram de responder. Estas empresas indicaram não possuir bens nesta condição. Abaixo pode-se ver o Gráfico 4 com a distribuição de frequência das respostas assinaladas.

Gráfico 4: Critério de mensuração de bens do Imobilizado que não estão em uso.



O Custo como base de valor é predominante (83,7% das empresas) para a mensuração dos bens do imobilizado que não estão em uso. 12,2% das empresas - 6 na amostra -, indicaram que nos relatórios gerenciais estes itens são mensurados com base no valor de venda. Este é um valor de saída para mensuração de ativos, conforme discutimos no Capítulo II. No relatório esta informação pode representar a expectativa de entrada futura de caixa por parte da empresa.

Gráfico 5: Critério de alocação de custos a produtos e outras entidades em companhias abertas brasileiras.



Os dados desta questão evidenciam que os critérios de alocação de custos nas companhias abertas brasileiras são aqueles que utilizam o rateio de custos a produtos e outras entidades como parte do processo para mensuração de resultados. O mais utilizado é o custeio por absorção, utilizado em quase metade das empresas pesquisadas

Nos relatórios gerenciais, cuja finalidade primeira é a tomada de decisões com fim de otimização do resultado da empresa, observa-se que mais de 65,4% das empresas utilizam-se de métodos que são considerados tradicionais pela bibliografia (Jonhson e Kaplan, 1991) - Custeio Pleno e Custeio por Absorção. Se somados esses métodos ao custeio ABC e ao UEP, observa-se que 82,7% das companhias pesquisadas utilizam-se de métodos que, de acordo com Guerreiro et al. (2001), não são os que produzem informações mais úteis para a tomada de decisões gerenciais.

Somente 17,3% das mesmas empresas pesquisadas usam conceitos que têm por base a mensuração da contribuição marginal, com predominância do Custeio Variável (13,5%). Para Guerreiro et al (2001), modelos que se utilizam do conceito de Margem de Contribuição, como Custeio Variável, por exemplo, têm melhor potencial de contribuir com a eficácia da organização e são mais aceitos pelos profissionais que passam por processos de capacitação e cursos em nível de mestrado e doutorado em controladoria e contabilidade.

Para complementar a questão sobre o critério de alocação de custos solicitamos no questionário a indicação de qual a amplitude do critério utilizado, quanto a produtos e áreas da empresa. Os resultados estão evidenciado na Tabela a seguir.

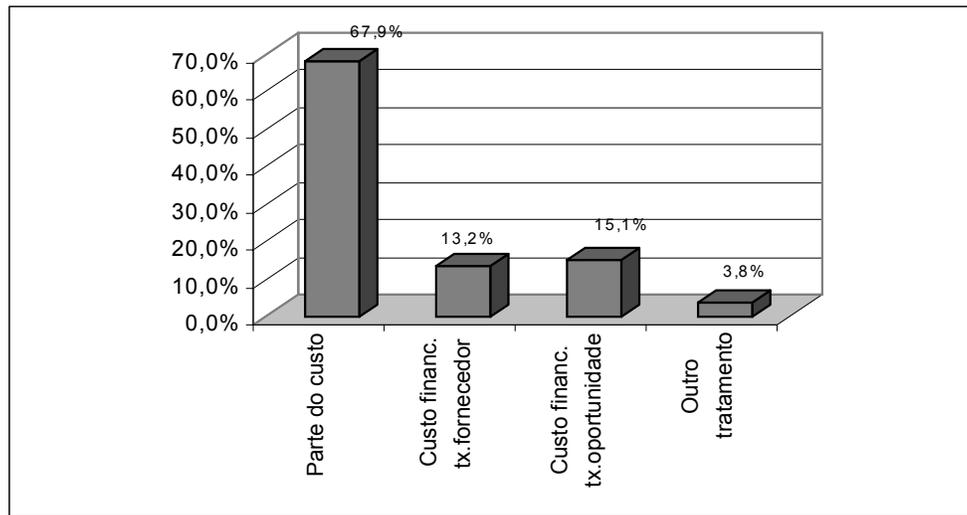
Tabela 1 - Amplitude do critério de alocação de custos a produtos e outras entidades em companhias abertas brasileiras.

<b>Amplitude do critério de alocação de custos</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>% Acum.</b>
Principal produtos e algumas unidades	2	4,0%	4,0%
Principal produtos e todas as unidades	5	9,6%	13,5%
Todos os produtos e algumas unidades	1	1,9%	15,4%
Todos os produtos e todas as unidades	44	84,6%	100,0%
Total	52	100,0%	

Há evidência, através dos dados acima, de que o critério de alocação de custos utilizado nas companhias abertas brasileiras é o mesmo para todos os produtos e todas as unidades de cada organização.

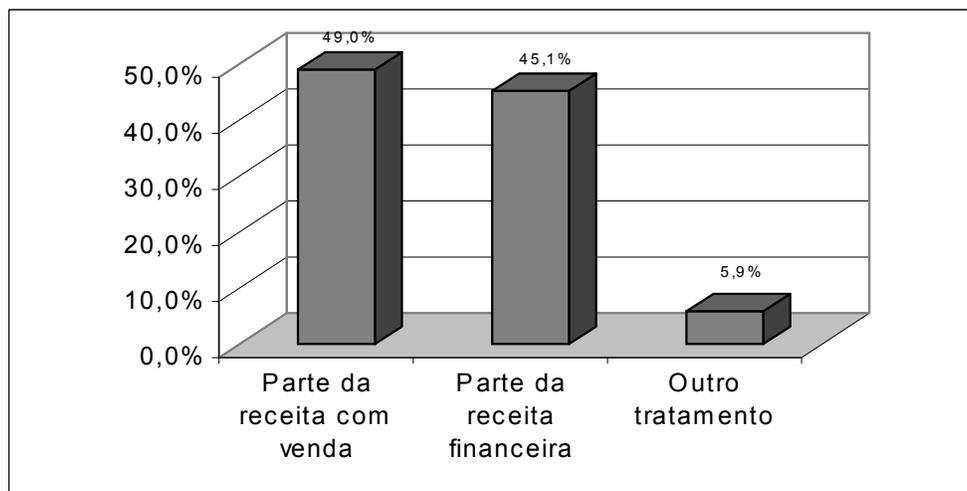
Quanto aos valores dos juros embutidos nas transações, aproximadamente 68% das empresas consideram o custo financeiro embutido por fornecedores nas operações a prazo como parte do custo do bem ou serviço comprado. Pouco mais de 28% das empresas consideram este custo financeiro à parte do valor à vista da compra e o consideram como despesa financeira. 13,2% separam o valor dos juros na compra a prazo pela taxa que o fornecedor embute na operação, provavelmente pela comparação com o valor da operação se fosse à vista. Outros 15,1% das empresas segregam o valor dos juros pela aplicação de uma taxa que consideram apropriada pela condição financeira do momento e tratam o juro como despesa financeira.

Gráfico 6 – Tratamento dos juros nas compras a prazo em Companhias abertas brasileiras.



Das 53 empresas que participaram da pesquisa 52 responderam à questão relativa ao tratamento dos juros nas vendas a prazo. O Gráfico 7 evidencia a distribuição percentual das respostas.

Gráfico 7: Tratamento dos juros nas vendas a prazo em companhias abertas brasileiras.

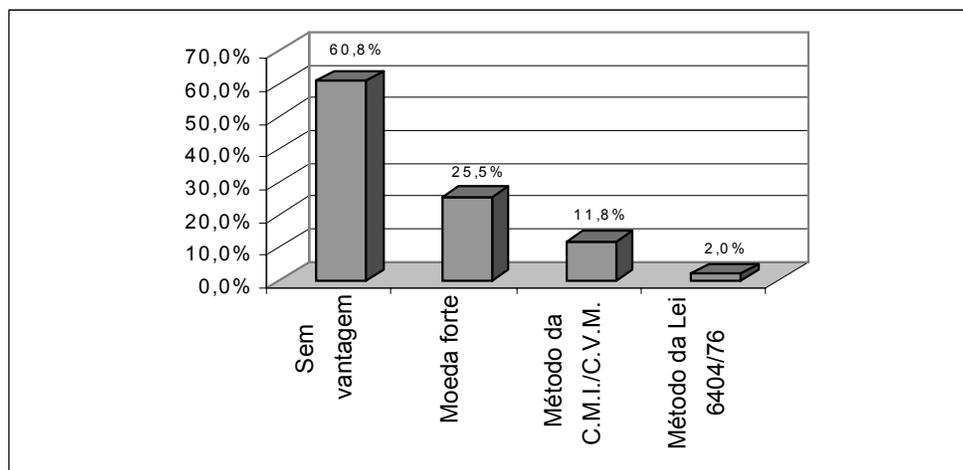


Pode-se observar que 49% das empresas pesquisadas identificam os juros nas vendas separadamente dos valores da venda nos relatórios gerenciais, enquanto 28% das empresas adotam procedimentos especiais para os juros nas compras a prazo segregando-os do custo da compra, conforme visto no Gráfico 6. Este procedimento influencia o valor dos estoques nos relatórios. O Gráfico 7 evidencia que nas vendas a prazo a segregação dos juros do valor da venda é adotada por mais de 45% das

empresas. Este procedimento pode influenciar o valor dos valores a receber, nos relatórios. Esta diferença pode ser explicada pelo benefício tributário que as empresas parecem obter em excluir os juros do valor das vendas. Se os juros forem segregados do valor das vendas os tributos que incidem sobre essas não serão recolhidos sobre o valor dos encargos financeiros adicionados ao preço a prazo. Este procedimento melhora as condições de competitividade da empresa, pois pode possibilitar a oferta de produtos com preços menores.

A inflação é um evento estrutural da economia que atinge o desempenho das empresas. A prática nas companhias abertas no Brasil quanto ao tratamento dado à inflação nos relatórios gerenciais pode ser deduzido do Gráfico 18, abaixo. Esta questão foi respondida por 51 empresas das 53 da amostra.

Gráfico 8: Tratamento quanto à inflação nos relatórios gerenciais em companhias abertas brasileiras.



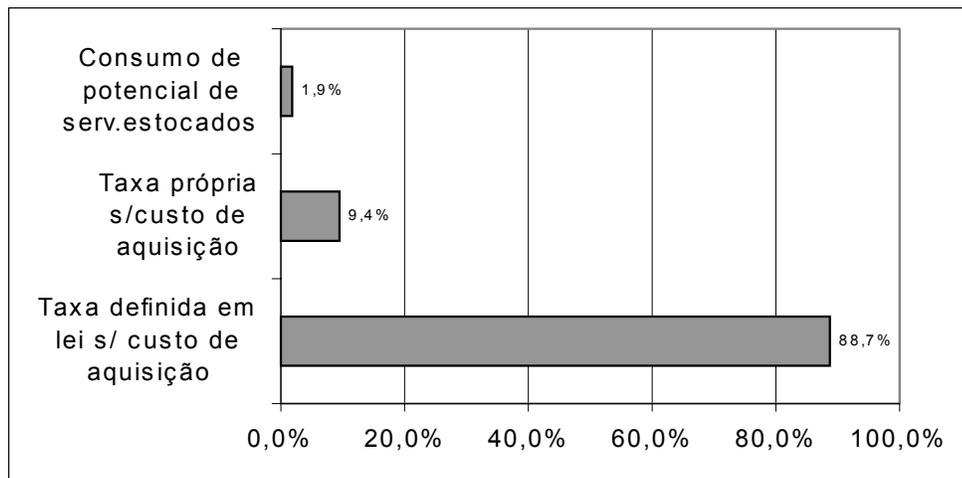
Pelos dados expostos pode-se presumir que a maioria das companhias abertas brasileiras (60,8%) não consideram nenhum procedimento especial nos relatórios gerenciais para o tratamento dos efeitos da inflação. Por outro lado mais de um quarto destas empresas (25,5%) empregam o uso de moeda estrangeira como método para considerar o efeito da inflação nos relatórios gerenciais. A menor parte delas (13,7%) utiliza-se de métodos como a correção monetária integral e do estabelecido na legislação societária, de acordo com os dados da pesquisa.

Pode-se verificar que, apesar dos altos índices de inflação ainda experimentados no país – mais de 50% nos últimos 7 anos, as empresas não se preocupam com o efeito deste evento econômico em seus relatórios gerenciais. Esta prática deve estar também associada à cultura da contabilidade em que as determinações legais têm forte influência, como já discutido quanto a outros conceitos. Enquanto a correção monetária foi obrigatória para tais companhias, todas aplicavam o método da Lei 6.404/76 da correção monetária integral. A partir do ano de 1995, a legislação fiscal “extinguiu” tal procedimento o que, pelos dados expostos, foi adotado pela maioria das companhias também para os relatórios gerenciais. Este fato representa uma perda na qualidade da informação gerencial evidenciada nos relatórios gerenciais, uma vez que parece reduzir a evento sem significância para a gestão da empresa a perda do poder aquisitivo da

moeda, o que, sem dúvida, influencia na mensuração e avaliação de desempenho em tais companhias.

O Gráfico 9 evidencia os resultados desta questão sobre a depreciação. A questão foi respondida por todas as empresas que devolveram o questionário.

Gráfico 9 - Critério para definição do valor da depreciação em companhias abertas brasileiras.



A grande maioria das empresas indica calcular o valor da despesa de depreciação dos ativos com a aplicação da taxa percentual definida na legislação societária e fiscal sobre o valor do custo de aquisição. Uma pequena parcela das empresas calcula o valor deste evento com base em uma taxa definida pela própria empresa aplicada ao valor dos custos de aquisição do bem. Apenas uma empresa indicou que o valor da depreciação representa o consumo dos estoques de serviços do bens do ativo.

Parece que as empresas não têm preocupações em usar conceitos mais avançados na evidenciação da depreciação dos ativos nos relatórios gerenciais. A explicação pode ser dada pela pouca importância atribuída a este valor nos relatórios, ou pela influência da legislação na prática da contabilidade gerencial nas empresas brasileiras. A cultura com base em normas explícitas deve estar influenciando.

#### 4 - Conclusões

Os resultados do presente trabalho permitem sugerir que os conceitos de mensuração de desempenho em uso em empresas brasileiras se caracterizam por serem aqueles preconizados pelas normas contábeis e legislação fiscal, tributária e societária em vigor. Apesar do bom número de trabalhos divulgados em congressos e outras publicações fundamentarem os benefícios que conceitos mais avançados podem trazer à prática da gestão empresarial, os resultados evidenciados neste estudo indicam que nos relatórios internos para fins de decisões gerenciais as empresas utilizam quase que exclusivamente os conceitos que a legislação e outras regulamentações determinam que sejam usados para fins fiscais ou societários. Nos relatórios internos, as empresas não

têm utilizado conceitos mais avançados, conforme discutido na revisão bibliográfica, para fazer avançar em termos conceituais os sistemas e métodos de mensuração de desempenho.

Como exemplo do comentário do parágrafo anterior, podemos citar a utilização por 80% das empresas do conceito do custo histórico, e dos restantes 20%, do conceito do custo de reposição, para a mensuração de estoques. Também exemplifica a observação o não uso pela maioria das empresas – 62,5% -, da correção monetária dos saldos das contas do ativo imobilizado em uso, a partir do ano de 1995, quando a legislação fiscal desobrigou-as deste procedimento.

Pelo observado, na mensuração do ativo as iniciativas que indicam alguma tentativa de inovação conceitual poderiam ser classificadas como tímidas, uma vez que, como nos quesitos citados no parágrafo anterior, a inovação se dá por conta do uso combinado dos dois conceitos – custo histórico e de reposição. Esta constatação nos permite sugerir que as discussões sobre novos conceitos e possivelmente sobre novos modelos de mensuração de desempenho ainda não venceram os limites do círculo acadêmico para chegar ao local onde deveriam produzir resultados práticos.

Algumas possíveis razões podem ser apresentadas para esta constatação. Uma delas, identificada por Guerreiro *et al.* (2001), poderia ser os arquétipos prevaletentes no inconsciente coletivo do profissional da contabilidade, resultantes da prática contábil que remonta a alguns séculos.

Outra razão, possivelmente relacionada à anterior, seria a dificuldade dos profissionais acessarem os novos conceitos, seja pela frequência em cursos seja pela leitura e discussão de trabalhos divulgados, apesar de toda a facilidade oferecida pela tecnologia da informação. Os cursos e treinamentos, bem como as consultorias especializadas, ainda não conseguiram causar impacto na realidade das empresas, talvez pelo pequeno volume em que são oferecidos, ou talvez por que a metodologia de divulgação e disseminação destes conceitos ainda não ser adequada para gerar mudanças na prática das empresas.

Uma terceira razão para explicar as constatações desta tese poderia ser o temor do profissional ao realizar mudanças nos sistemas em funcionamento. Quando o profissional identifica ao seu redor pouca movimentação de seus colegas para a implementação de novos conceitos deve preferir ser cauteloso e aguardar maior número de empresas ou profissionais realizarem experiências e observar os resultados, para depois se aventurar.

Uma outra razão pode estar ligada ao nível de dificuldade para realizar mudanças deste tipo. Estas seriam mais de caráter estrutural nas organizações. Quando se tem uma organização funcionando sob determinados valores e conceitos existem muitas resistências à mudança. Estas resistências precisam ser adequadamente analisadas para depois serem enfrentadas. Um processo de mudança de conceitos no sistema de mensuração de desempenho pode acarretar conseqüências e desconfortos que muitos profissionais não estariam dispostos ou preparados a resolver, uma vez que influenciam e são influenciados por valores da cultura organizacional.

Como o contexto em que se inserem as organizações e a contabilidade é complexo, é provável que a causa da situação observada não se dê exclusivamente por uma das razões apontadas no parágrafo anterior, más pela combinação destas e de outras não citadas. De toda forma, entender como estas variáveis do ambiente organizacional se relacionam é um desafio provocador que se apresenta a partir do resultado deste e de outros estudos mais recentes sobre a prática da contabilidade em nossas empresas.

**BIBLIOGRAFIA**

- FIPECAFI. *Normas e práticas contábeis no Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GUERREIRO, R. *A teoria das restrições e o sistema de gestão econômica: uma proposta de integração conceitual*. São Paulo, 1995. (Livre-docência em controladoria e contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- GUERREIRO, R; CASADO, T; BIO, SR. Algumas reflexões sobre os arquétipos e o inconsciente coletivo na contabilidade de custos: um estudo exploratório. *Revista de contabilidade CRCSP*. Ano V, N. 15, mar/2001.
- HENDRIKSEN, ES; van BREDA, MF. *Accounting Theory*. 5ª ed. Boston: Irwin 1995
- IUDÍCIBUS, S. A contabilidade no meio econômico e administrativo. *Revista de contabilidade CRCSP*. Ano IV, N. 13, set. 2000.
- IUDÍCIBUS, S. *Teoria da contabilidade*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- JONHSON, HT; KAPLAN, RS, *Relevance lost: the rise and fall of management accounting*. 2a. ed. Boston: H.B.S.P. , 1991.
- MARTINS, E. Avaliação de Empresas: da Mensuração contábil à econômica. *Caderno de Estudos Fipecafi*. São Paulo: Vol. 13, n. 24, jul/dez 2000.
- MARTINS, E. *Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica*. Atlas: São Paulo, 2001.
- NÉLO, AM; KASSAI, S; SILVA, PR e MARTINS, E. Valores de Saída. In: Martins, E (org.). *Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica*. São Paulo: Atlas, 2001.
- REIS, EA. *Aspectos da depreciação de ativos sob a ótica da gestão econômica*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em controladoria e contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- RICHARDSON, RJ. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.